

## Comentário - Brecha Digital

Cesário Paulo Lameiras de Almeida

No década de 40 do século passado, Albert Einstein afirmou que “*É espantosamente óbvio que a nossa tecnologia excede a nossa humanidade*”. É claro que o patamar tecnológico naquela época encontrava-se uns degraus abaixo daquele em que hoje o mundo se encontra. Mas a expressão, produzida pelo famoso físico e humanista, apresenta a virtude de possuir uma vertente premonitória, confirmada pela evidência, para as conexões que se estabelecem, actualmente, com o binómio tecnologia/sociedade.

Uma parte significativa da humanidade vive numa Sociedade da Comunicação e do Conhecimento e a dependência, de alguns, pelas novas tecnologias é total. A prova desta afirmação é simples. Para os que podem usufruir da tecnologia mais recente, imagine-se um vulgar dia sem a panóplia de “gadgets” que constituem as suas necessidades, quase vitais, no quotidiano, ou seja, a inexistência de telemóvel, computador e internet, cartões e caixas multibanco, televisão digital, GPS e o acesso à informação síncrono sobre variados assuntos. Não saberiam “viver”.

Nos últimos 20 anos, parte do mundo viveu uma “revolução” que veio alterar o seu modo de viver e pensar. Com a criação da Internet já nada se faz como era costume fazê-lo: escrever, informar, ler, comunicar, trabalhar, aprender, entre outras actividades. Tudo mudou e continua a mudar rápido demais. Podendo parecer paradoxal, não se entenda esta mudança em sentido literal, já que os acontecimentos, os factos, os produtos, os modos de opinar e actuar são cada vez mais guiados por padrões comuns – a Globalização. Este fenómeno tem conduzido necessariamente a alterações padronizadas e radicais na cultura, na ciência e na economia das sociedades, e que só o tempo poderá ser um justo avaliador destes acontecimentos.

Todavia, a evolução no acesso à informação e ao conhecimento não conseguiu acompanhar as condições económicas e sociais, e algumas das implicações mais nefastas desta já são notoriamente visíveis. Embora frequentemente se divulguem estatísticas através dos meios de comunicação social sobre o aumento exponencial da utilização das novas tecnologias –

veja-se o caso do telemóvel – o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) continua a ser maioritariamente para uma minoria privilegiada. É este o grupo que estabelece as referências do desenvolvimento social e económico e a para estes abrem-se as portas de mais e melhores empregos.

Factores sociais, económicos, demográficos, culturais, políticos ou religiosos condicionam a acessibilidade de muitas outras pessoas a estas potencialidades tecnológicas e estão a criar enormes assimetrias. Surgem assim os *info-excluídos*, isto é, indivíduos que tradicionalmente já eram excluídos, tornam-se ainda mais vítimas de exclusão, agora dos caminhos do progresso e do novo paradigma do conhecimento. Edifica-se, deste modo, a *Brecha Digital*.

A Brecha Digital define-se como “(...) *la separación que existe entre las personas (comunidades, estados, países...) que utilizan las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) como una parte rutinaria de su vida diaria y aquellas que no tienen acceso a las mismas y que aunque las tengan no saben como utilizarlas.*”<sup>(1)</sup>.

Apesar do preço a pagar pelos dispositivos necessários à utilização das novas tecnologias ter diminuído (veja-se, como exemplo, o preço dos computadores), é evidente que numa família de fracos rendimentos (e frequentemente precários), não se vai gastar dinheiro nesta área, quando necessidades mais básicas como a habitação, a alimentação e o vestuário se impõem com maior premência. Acresce a estes factores financeiros, causas relacionadas com a complexidade, a incapacidade e a falta de domínio de habilidades tecnológicas que muitos não possuem.

Perante estes óbices, verifica-se que os pressupostos necessários a todos, enquanto legítimos utilizadores tecnológicos, não são idênticos e as possibilidades de muitos conseguirem obter os “conhecimentos” imprescindíveis para se constituírem cidadãos activos e participativos, constituem uma simples miragem. As implicações são várias - não têm acesso às novidades, ao entretenimento, às compras, à cultura, à economia e à ciência - tornando-se a curta e médio prazo em “conhecedores obsoletos”.

---

<sup>(1)</sup> La Brecha Digital  
[http://www.labrechadigital.org/labrecha/index.php?option=com\\_content&task=view&id=118&Itemid=41](http://www.labrechadigital.org/labrecha/index.php?option=com_content&task=view&id=118&Itemid=41) -  
(acedido em 26 de Fevereiro de 2011).

As soluções para estas assimetrias assumem-se, pelo menos publicamente, como um dos actuais objectivos das agendas governamentais. Todavia elas acentuam-se, por não haver políticas consensuais e globais e, lamentavelmente, os indicadores mostram um aumento progressivo deste afastamento, o que vem provar que os esforços envidados não são suficientes para a sua redução.

Enquanto medida de correcção, a Educação nos diferentes níveis de formação – na educação básica, na formação inicial, na formação ao longo da vida – deve, na minha opinião, assumir um papel fulcral, e, sempre que possível, os estudantes devem ter um papel activo enquanto criadores e não somente, assumindo um papel passivo, de utilizadores da tecnologia.

O e-learning, enquanto processo de ensino/aprendizagem onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente, apresenta diversas vantagens como sendo a auto-formação, a interactividade fácil, a racionalização dos recursos, a distribuição rápida de conteúdos mais apelativos e ritmos de formação personalizados pode, por estas razões, constituir um vector a privilegiar neste combate.

As Organizações Não-Governamentais (ONG's) têm nos últimos anos vindo a assumir um papel importante através da democratização electrónica e a rectificação destas disparidades tecnológicas, contribuindo para um acesso igualitário à informação e ao conhecimento.

Os diferentes governos têm que reforçar a cooperação e a solidariedade internacionais, através de políticas comuns nesta área, em articulação estreita com os parceiros do sector privado.

Perante a actual Brecha Digital, o objectivo comum tem que ser o de melhorar a qualidade de vida, permitindo a competição justa num mundo cada vez mais globalizado, de modo que os países possam vir a garantir a TODOS os seus cidadãos um acesso livre e permanente às Novas Tecnologias e reconheçam esta possibilidade como um dos pilares para um desenvolvimento social mais sustentado.